América Latina 2026: Entre polarização política, pressão social e persistentes desigualdades em saúde

América Latina 2026: Entre la polarización política, la presión social y las persistentes desigualdades en materia de salud

Latin America 2026: Between political polarization, social pressure, and persistent health inequalities

Sebastián Tobar e Sâmia De Brito

Resumo: A América Latina atravessa uma "policrise" estrutural, onde fatores políticos, econômicos, sociais e de saúde se sobrepõem, gerando: Estados sob maior pressão; sociedades mais desiguais e uma integração regional ainda frágil. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o ORAS-Conhu se reuniu com ministérios dos países membros e Parlamento Andino, o COMISCA fortaleceu a cooperação com países membros e participou de evento na área saúde digital e a OTCA fortaleceu a cooperação nas áreas de incêndios e segurança pública

Palavras-chave: América Latina; saúde; instituições sub-regionais

Resumen: *América Latina atraviesa una "policrisis" estructural, donde factores políticos, económicos, sociales y sanitarios se superponen, generando: Estados más presionados; Sociedades más desiguales y una Integración regional aún débil. En cuanto a las organizaciones regionales, cabe destacar que la ORAS-Conhu se reunió con los ministerios de los países miembros y con el Parlamento Andino, la COMISCA reforzó la cooperación con los países miembros y participó en un evento sobre salud digital, y la OTCA reforzó la cooperación en materia de incendios y seguridad pública*

Palavras clave: América Latina; salud; instituciones subregionales

Sumary*: Latin America is going through a structural "polycrisis", where political, economic, social and health factors overlap, generating: States under more pressure; More unequal societies and a still weak regional integration. With regard to regional organisations, we note that ORAS-Conhu met with ministries from member countries and the Andean Parliament, COMISCA strengthened cooperation with member countries and took part in an event on digital health, and ACTO strengthened cooperation in the areas of wildfires and public safety*

Keywords: Latin America; health; sub-regional institutions

Algumas tendências estão se consolidando na América Latina:

- ✓ Centralidade da segurança na agenda política
- ✓ Alta polarização e fragmentação eleitoral
- ✓ Pressão inflacionária com impacto social
- ✓ Persistência das desigualdades estruturais (gênero, saúde)

- ✓ Crises multissetoriais (energia, economia) que afetam a governança e o bem-esta
- ✓ Avanços e retrocessos nos processos de integração regional na América Latina.

Dinâmica política: eleições, segurança e reconfiguração ideológica

Na **Colômbia**: A polarização eleitoral está avançando, com a segurança desempenhando um papel significativo na campanha, que entrou em uma fase decisiva marcada por forte polarização ideológica. A segurança tornou-se a questão dominante, suplantando a economia e a corrupção. O governo de Gustavo Petro[1] intensificou as ações militares contra grupos armados, enfatizando os investimentos e as conquistas militares; enquanto a candidata de direita, Paloma Valencia busca se alinhar ao movimento 'Me Too'.

As tensões estruturais entre as elites e os setores populares persistem no processo eleitoral. Essas tensões são resultado de fatores históricos, econômicos e institucionais que permanecem ativos. Elas persistem porque o sistema político colombiano continua a operar sobre uma base de alta desigualdade, inclusão incompleta e territórios fragmentados, onde as eleições se tornam a principal arena de disputa entre projetos sociais divergentes.

Observa-se uma tendência geral na região, onde a segurança está sendo reforçada nas agendas de políticas públicas, mesmo em governos progressistas. A tendência na América Latina não se resume apenas ao aumento da insegurança, mas também a:

Uma mudança na hierarquia das prioridades estatais e políticas, onde a segurança:

- ✓ Desloca outras agendas (saúde, educação, etc.)
- ✓ Justiça com maior intervenção coercitiva.
- ✓ Reconfiguração da relação Estado-sociedade.

Alguns indicadores dessa tendência podem ser identificados em:

- ✓ Centralidade do tema nos processos eleitorais;
- ✓ Altas taxas de homicídio;
- ✓ Expansão do crime organizado;
- ✓ Aumento dos gastos com segurança;
- ✓ Custos econômicos do crime;
- ✓ Militarização e políticas punitivas;
- ✓ Alta percepção de insegurança.

No ***México,*** são evidentes realinhamentos políticos, pressão inflacionária e a possibilidade de aproveitar a Guerra Irã-Iraque para formar uma aliança com o Brasil, tirando proveito dos preços do petróleo.

O partido governista (Morena e seus aliados) avançou na reestruturação interna em preparação para as eleições de 2027. A reforma eleitoral os dividiu, mas não os fragilizou. Após três meses de tensão, as lideranças do Morena, do Partido Verde e do Partido Trabalhista iniciaram um processo de reconciliação, necessário na preparação para as eleições de 2027, nas

[1] https://elpais.com/america-colombia/2026-03-31/una-campana-con-banderas-ajenas.html

quais buscam revitalizar a aliança "Vamos Continuar Fazendo História", com a qual conquistaram uma ampla maioria em 2024[2].

A inflação continua a pressionar o bolso dos mexicanos. Na primeira quinzena de março, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) atingiu 4,63% em relação ao ano anterior, segundo relatório divulgado nesta terça-feira pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografia (Inegi). Nos primeiros 15 dias de março, os preços subiram 0,62% em comparação com as duas semanas anteriores, ficando abaixo da meta do Banco do México (Banxico) de manter a inflação em uma faixa de um ponto percentual acima ou abaixo de 3%[3].

Podemos afirmar que o México não está em crise política, mas também não está vivenciando um boom econômico. Há uma combinação de relativa estabilidade política (com uma ordem institucional consolidada) e tensões econômicas estruturais (com problemas persistentes que não desaparecem, como a inflação).

As eleições regionais foram realizadas na ***Bolívia*** (22 de março) em um contexto de grande dispersão política[4]. Existe uma polarização significativa entre múltiplos atores concorrentes, mesmo dentro dos mesmos espaços políticos, sem a hegemonia de um bloco claro e coeso. O bloco dominante se dividiu, a oposição está dispersa e existem vários eixos de conflito simultâneos, onde ninguém detém uma hegemonia clara, o que redefine a competição eleitoral.

O ***Uruguai***, no sul da nossa região, o governo de Yatmandu Orsi apresentou o seu Plano "***Uruguai Mais Seguro***[5]", com múltiplas medidas para o período de 2025 a 2035, visando reduzir a criminalidade e melhorar a segurança pública através da combinação de medidas policiais, sociais e tecnológicas. Não se trata de uma política isolada, mas sim de um conjunto de ações conjuntas que buscam equilibrar a repressão ao crime com a prevenção, abordando tanto a segurança imediata[6] (maior controle e vigilância) quanto as causas estruturais (desigualdade e exclusão).

Fatos sociais: mobilização, memória e desigualdades

Na **Argentina**, o dia 24 de março foi comemorado como o Dia da Lembrança, da Verdade e da Justiça, marcando os 50 anos do golpe de Estado que resultou no desaparecimento de 30.000 pessoas. Nesse sentido, eventos significativos foram realizados em diversas cidades. As marchas em Buenos Aires e outras cidades argentinas foram massivas, com faixas e fotos de pessoas desaparecidas erguidas em destaque, reafirmando o compromisso com a memória e a justiça[7]. O governo de Javier Milei respondeu ao Dia da Lembrança da Verdade e da Justiça com uma mensagem contundente, enfatizando a importância de se contar a história completa da Argentina. O presidente ordenou a desclassificação total de informações e documentos relacionados às ações das Forças Armadas durante o período de 1976 a 1983, bem como outros

[2] https://elpais.com/mexico/2026-03-30/morena-lima-asperezas-de-cara-a-2027-con-sus-aliados-tras-la-reforma-electoral.html

[3] https://elpais.com/mexico/economia/2026-03-24/la-inflacion-en-mexico-repunta-a-un-463-en-la-primera-quincena-de-marzo.html

[4] https://larazon.bo/politico/2026/03/28/renovacion-dispersion-y-desafios-postelectorales-en-bolivia/

[5]https://www.gub.uy/sites/gubuy/files/documentos/publicaciones/Plan%20Nacional%20de%20Seguridad_2025-2026.pdf

[6] https://www.lr21.com.uy/politica/1493562-plan-nacional-de-seguridad-2025-2035-79-acciones-130-medidas-coordinacion-entre-ministerios-y-mas#google_vignette

[7]https://www.infobae.com/politica/2026/03/24/marcha-por-el-dia-de-la-memoria-en-vivo-organizaciones-politicas-y-sociales-se-movilizan-a-50-anos-del-golpe-de-estado/

documentos produzidos em outros períodos, mas também relacionados às ações das Forças Armadas. Essa decisão busca cumprir o Decreto nº 4 de 2010, que nunca foi totalmente implementado, e garante que os arquivos relacionados às ações da última ditadura militar sirvam à causa da memória e não à manipulação política. O presidente destacou em sua conta nas redes sociais o vídeo oficial no qual acusações de violência política foram feitas contra a organização guerrilheira Montoneros, e reiterou sua rejeição e questionamento sobre o número de 30 mil desaparecidos[8].

A violência política persiste na ***Colômbia***, particularmente no contexto das eleições presidenciais, caracterizadas por uma significativa fragmentação entre diversos partidos e atores políticos. No final de março, a Procuradoria-Geral da República expediu mandados de prisão contra líderes do grupo guerrilheiro dissidente Segunda Marquetalia pelo assassinato do senador e candidato à presidência Miguel Uribe Turbay[9]. Esse crime continua a ter repercussões políticas diretas em 2026, sendo considerado um dos atos de violência eleitoral mais graves das últimas décadas. Consequentemente, cresce a percepção de que atores políticos armados continuam a interferir no processo político. Além disso, a violência contra líderes sociais persiste. Em um relatório recente da ONU[10], divulgado em março, mais de 400 líderes sociais foram assassinados entre 2022 e 2025. A taxa de condenação por esses crimes tem sido muito baixa, de apenas 7%, e os ataques continuaram em 2026.

A Defensoria Pública alertou que restrições políticas estão sendo observadas em 62 municípios devido à pressão de grupos armados[11]. Essa pressão inclui ameaças contra candidatos, controle de eleitores e imposição de alinhamentos políticos. Além disso, a campanha política foi marcada por sérias acusações entre líderes políticos e insinuações de violência. Há também inúmeros relatos de violência[12] e assédio[13] contra mulheres (incluindo jornalistas), frequentemente ligados aos seus papéis públicos[14].

Situação sanitária: desafios estruturais e pressão econômica

A situação da saúde na América Latina em março de 2026 é marcada por uma combinação de desafios estruturais históricos e crescente pressão econômica, o que coloca em risco a sustentabilidade dos sistemas de saúde e o acesso da população a eles.

---

8 https://tn.com.ar/politica/2025/03/24/el-mensaje-de-javier-milei-por-el-24-de-marzo-dia-de-la-memoria-verdad-y-justicia-completa/

9 https://www.reuters.com/world/americas/colombia-seeks-arrest-rebel-leaders-over-2025-assassination-senator-2026-03-24

10 https://www.ohchr.org/es/press-releases/2026/03/colombia-urgent-action-needed-end-widespread-violence-against-human-rights

11 O alerta sobre 62 municípios com restrições políticas reflete um fenômeno mais amplo: na Colômbia, a violência política no terreno se manifesta em assassinatos e ataques, mas também em formas silenciosas, porém profundas, de controle territorial e coerção eleitoral. Isso cria um cenário em que, em diversas regiões, a democracia existe formalmente, mas é condicionada por atores armados. https://cadenaser.com/nacional/2026/03/14/iris-marin-defensora-del-pueblo-de-colombia-62-municipios-estan-en-un-estado-critico-de-falta-de-libertad-por-las-presiones-armadas-cadena-ser

12 https://elpais.com/america-colombia/2026-03-29/un-record-de-9000-denuncias-de-violencia-intrafamiliar-en-dos-meses-encienden-las-alarmas-en-bogota.html

13 https://elpais.com/america-colombia/2026-03-30/del-escrache-al-me-too-las-periodistas-colombianas-refuerzan-su-voz-contra-el-acoso-sexual.html

14 https://elpais.com/america-colombia/elecciones-presidenciales/2026-03-26/el-camino-a-las-elecciones-presidenciales-de-colombia-2026-en-vivo.html

Prevê-se que os custos médicos em todo o mundo continuem a aumentar até 2026, com um aumento médio global de 10,3% (Figura 1). As diferenças entre as regiões nos fatores que impulsionam essas tendências refletem a diversidade de necessidades e sistemas de saúde em cada país.

Figura 1: Tendências médicas globais (dados brutos) 2024-2026, globalmente e por região[15]

Região	Anos		
	2024	**2025** *(esperado)*	**2026** *(Projeção)*
Global	9,5 %	10,0%	10,5%
América Latina	9,6%	10,5%	11,9 %
Norteamérica	7,4%	9,4%	9,2%
Asia Pacífico	11,8%	13,2%	14,0%
Europa	9,4%	8,3%	8,2%
Oriente Medio e África	8,5%	10,3%	11,3%

Os números globais para a América Latina, Europa e Oriente Médio e África excluem Argentina, Turquia, Egito, Nigéria e Zimbábue (excluídos devido a ambientes inflacionários voláteis).

Vejamos alguns exemplos:

Na **Argentina**, apesar da queda na inflação geral, a inflação na área da saúde permanecerá alta, visto que os prestadores de serviços privados continuam a ajustar os preços após a desregulamentação das taxas em 2024. Observa-se uma tendência de aumento nos custos de insumos importados devido à volatilidade cambial, ao aumento da demanda por serviços e a fatores estruturais como altos custos hospitalares, pressões salariais e concorrência limitada entre os prestadores. As doenças não transmissíveis (DNTs) são as principais responsáveis pelo aumento dos custos dos planos de saúde, devido ao uso crescente de medicamentos biológicos, à inovação e à melhoria das taxas de sobrevida. Embora os biossimilares ajudem a conter os gastos, equilibrar o acesso e a acessibilidade financeira continua sendo um desafio.

No **Brasil,** projeta-se uma desaceleração no crescimento dos custos médicos, embora ainda representem quase o dobro da taxa de inflação geral. Entre os principais fatores estão o envelhecimento da população, a cobertura obrigatória para procedimentos não contratados, o aumento do custo de tecnologias médicas importadas e a maior demanda por serviços de saúde mental. Os gastos com saúde mental estão crescendo (15% dos custos médicos), com cobertura obrigatória para consultas, internações e terapias. Em relação ao câncer, o país avançou com a disponibilidade de melhores terapias e a inclusão de mais procedimentos oncológicos na lista da ANS (Agência Nacional de Saúde), o que ampliou o acesso a tratamentos eficazes.

Na ***Colômbia***, espera-se que o aumento dos custos médicos diminua em 2026 e, embora permaneça acima da inflação, o país manterá uma das menores taxas de crescimento da região. Essa estabilização é positiva, mas as pressões sobre os custos persistem devido a fatores estruturais, como o envelhecimento da população, os avanços tecnológicos, o aumento dos preços de medicamentos inovadores e a instabilidade política. Prevê-se que as doenças cardiovasculares ultrapassem o câncer como o principal ônus financeiro, enquanto a saúde

[15] https://www.wtwco.com/es-pa/insights/2026/02/costos-de-salud-en-alza-en-america-latina

mental ganha importância. Questões como saúde mental e cobertura de fertilidade estão recebendo atenção crescente, refletindo mudanças demográficas e novas demandas sociais. No entanto, persistem desigualdades entre os sistemas de saúde contributivos e subsidiados, com acesso limitado a tratamentos avançados e infraestrutura insuficiente em regiões como a Amazônia e o Caribe. As empresas de saúde estão respondendo com programas de bem-estar, cuidados preventivos, telemedicina e análise de dados para gerenciar custos e melhorar a produtividade. A inteligência artificial (IA) e as novas tecnologias médicas também estão avançando, melhorando os diagnósticos e a eficiência dos tratamentos, desde a detecção precoce de câncer e doenças raras até o planejamento personalizado e a automação de serviços.

Na ***Costa Rica,*** os custos médicos continuarão a aumentar este ano devido ao envelhecimento da população, à maior incidência de doenças crônicas e ao crescente uso de serviços privados. Isso pressiona as seguradoras, que enfrentam maior utilização dos serviços, tratamentos mais longos e maior exposição a sinistros relacionados a tecnologias médicas caras. Áreas como câncer e saúde mental se destacam pelo alto custo e pela crescente demanda, o que motiva revisões de cobertura. Além disso, novos medicamentos à base de GLP-1 e tratamentos de fertilidade criam tensões entre inovação e sustentabilidade, exigindo análises cuidadosas antes de sua inclusão nos planos de saúde.

No ***México***, a inflação médica permanece alta e continua a representar um desafio significativo para a viabilidade a longo prazo dos planos de saúde corporativos. Em resposta, muitas empresas estão considerando mudanças em seus planos, como o uso de redes de prestadores preferenciais; o aumento da participação dos funcionários nos custos por meio de franquias ou coparticipação mais altas; e a implementação de programas de bem-estar destinados a aprimorar a experiência geral do funcionário.

As tecnologias médicas e a inovação farmacêutica são os principais impulsionadores desse aumento, tendo em vista a tendência de crescimento da expectativa de vida da população.

Os países da região consagraram o direito à saúde em suas constituições; no entanto, esse direito não pode ser garantido se a população não tiver acesso a medicamentos essenciais e insumos de saúde. Em diversos países, há escassez de medicamentos essenciais no setor público e uma expansão do mercado privado de serviços de saúde e seguros. Portanto, o acesso depende cada vez mais do nível de renda (gastos diretos), resultando em segmentação da saúde: acesso desigual com base na capacidade de pagamento.

Os sistemas de saúde da região enfrentam desigualdades e lacunas significativas no acesso, especialmente para as mulheres: isso se reflete em uma maior incidência de doenças crônicas, menor acesso à proteção social e desigualdade no trabalho de cuidado não remunerado.

Em resumo, a América Latina enfrenta uma crise estrutural de saúde exacerbada por pressões econômicas, caracterizada por uma tendência expansiva das despesas sanitárias em crescimento, dificuldades no acesso a medicamentos; sistemas de saúde fragmentados e desiguais; e o impacto de crises econômicas externas e da guerra com o Irã, que aumentam os custos.

Persistência das desigualdades estruturais (gênero, saúde)

Na América Latina, a desigualdade de gênero e em saúde é estrutural, persistente e interseccional. Ela se caracteriza por sistemas de saúde segmentados e desiguais; violência de

gênero generalizada; sobrecarga de serviços de saúde; e barreiras econômicas e institucionais. A região não enfrenta apenas a desigualdade, mas também mecanismos que a reproduzem continuamente.

Como resultado, os sistemas de saúde da região estão sofrendo uma dupla pressão: aumento da demanda por serviços de saúde e redução da capacidade financeira e organizacional para responder a essa demanda.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Região das Américas enfrenta uma *transição demográfica acelerada*, caracterizada pelo *envelhecimento da população* e por uma *maior proporção de mulheres em idade avançada*.

A OPAS indica que**,** *embora as mulheres tenham uma expectativa de vida maior do que os homens, elas passam aproximadamente 25% mais desse tempo com saúde precária*. Essa diferença está associada a taxas mais elevadas de doenças crônicas e dependência funcional, e é agravada por desigualdades estruturais, como o acesso limitado à proteção social e às aposentadorias, as persistentes disparidades na educação e no emprego e a distribuição desigual do trabalho de cuidado não remunerado[16].

Ao mesmo tempo, a região está em constante evolução e atingiu seus níveis de fertilidade mais baixos. O último Observatório Demográfico da CEPAL reflete esse declínio: a região tem agora uma média de 1,8 filhos por mulher, abaixo do nível de reposição (2,1) necessário para manter uma população estável, excluindo a migração. E a mudança não é apenas significativa, mas também rápida. Na década de 1950, cada mulher latino-americana tinha uma média de 5,8 filhos; esse número caiu pela metade em 1995 (2,9); atingiu o nível de reposição em 2014 (2,1) e, atualmente, está em 1,8.

A consequência, caso a tendência se mantenha, não é um futuro abstrato, mas uma transformação já em curso. Segundo estimativas da CEPAL, a população total da América Latina e do Caribe crescerá até 2053 e, a partir daí, começará a diminuir em média. Alguns países e territórios já vivenciam essa realidade: Cuba e Uruguai apresentam crescimento populacional negativo, assim como diversas ilhas caribenhas.

Crises multissetoriais (energia, economia) que afetam a governança e o bem-estar

As tendências recentes na América Latina (março de 2026) mostram uma convergência de crises multissetoriais — especialmente energética e econômica — que impactam diretamente a governança e o bem-estar social. Essas não são crises isoladas: elas se sobrepõem e se reforçam mutuamente. Caracterizada por: tensões energéticas; fragilidade econômica; pressão sobre a governança e deterioração do bem-estar social. A região está vivenciando uma "policrise", onde diversos fatores se combinam e se amplificam, limitando a capacidade de resposta dos Estados e aumentando a vulnerabilidade social.

O crescimento do PIB da região, de 2,3% em 2026, é considerado insuficiente para reduzir a pobreza e a desigualdade na América Latina. A persistente pressão inflacionária na região (embora moderada em comparação com picos anteriores) afeta os preços dos alimentos, da energia e dos transportes, com consequente perda do poder de compra da população. A

[16] https://www.infobae.com/salud/2026/03/08/el-acceso-a-la-salud-de-las-mujeres-en-america-latina-desafios-y-realidades-actuales

dívida pública e as restrições fiscais na região, próximas de 60% do PIB, reduzem a capacidade de investimento social e subsídios à energia[17].

Avanços e retrocessos nos processos de integração regional na América Latina

O progresso parece estar ligado ao fato de que a saga do Acordo UE-MERCOSUL parece finalmente ter chegado a um ponto de virada. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou que o Acordo UE-MERCOSUL entrará em ***vigor provisoriamente***, na sua parte comercial, em 1 de maio de 2026. A aplicação provisória deste Acordo UE-MERCOSUL garante a eliminação de tarifas sobre determinados produtos "*desde o primeiro dia*" e a proteção integral de alguns setores considerados "*sensíveis à economia*" por meio de salvaguardas robustas, motivadas principalmente pelas preocupações da França quanto ao impacto do tratado.

O acordo abrangerá um mercado de aproximadamente 720 milhões de pessoas e uma economia combinada estimada em cerca de € 19 trilhões (aproximadamente US$ 22 trilhões). Isso representará, sem dúvida, uma grande oportunidade para o setor de saúde[18] dos países do bloco e, à luz desse progresso, alguns países, como a Colômbia e o México, já manifestaram interesse em aderir ao MERCOSUL, o que significa uma oportunidade de integração.

A ***Colômbia*** buscará mudar seu status atual no Mercado Comum do Sul (Mercosul), anunciando que solicitará ao bloco a transição de "Estado associado" para "membro pleno", declarou o presidente Gustavo Petro no sábado, 14 de março, defendendo também o levantamento das sanções contra a Venezuela[19]. Isso representa uma mudança significativa, já que a Colômbia tradicionalmente se alinhava com a Aliança do Pacífico.

Por outro lado, o ***México***, cuja integração econômica está centrada na América do Norte (NAFTA/USMCA), manifestou informalmente interesse em aderir ao bloco Mercosul, tendo em vista os recentes avanços do **Acordo com a União Europeia** e a consolidação de outro **Acordo entre o Mercosul e o Canadá**. Essa mudança política busca maior autonomia em relação aos EUA e revaloriza a integração Sul-Sul.

Entre os retrocessos, podemos apontar que ***a Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC***), realizada na Colômbia na segunda quinzena de março de 2026, consolidou-se como um marco político regional, em um contexto de reconfiguração geopolítica e tentativas de relançar a integração latino-americana.

A Cúpula da CELAC na Colômbia teve como objetivo enviar três sinais principais:

- ✓ Retorno do regionalismo latino-americano
- ✓ Busca por autonomia estratégica

[17] https://elpais.com/economia/2026-03-04/el-bid-augura-un-crecimiento-moderado-e-insuficiente-de-la-economia-latinoamericana-en-2026.html

[18] Tobar, Federico analisa em sua conferência na Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil as oportunidades para a Industria Farmacêuticas de Brasil. https://www.linkedin.com/posts/federico-tobar-032115159_webinar-o-impacto-do-acordo-uniao-europeia-activity-7444403096098648065-8T3a?utm_source=social_share_send&utm_medium=android_app&rcm=ACoAACXtDuYBl3HdlqKUSpGjo4ICUmvZ3cOtB2Y&utm_campaign=whatsapp

[19] https://www.ansalatina.com/americalatina/noticia/latinoamerica/2026/03/14/petro-pide-el-ingreso-de-colombia-al-mercosur-y-el-regreso-de-venezuela_6c0a9781-bb06-41f5-a65f-46562a585afb.html

- ✓ Persistência das limitações estruturais à integração;

Entre as principais **conquistas** desta Cúpula, podemos citar:

A adoção da "Declaração de Bogotá": um documento aprovado com mais de 30 acordos regionais. Inclui compromissos com: Paz e resolução pacífica de conflitos; Apoio ao Haiti; e Rejeição do bloqueio contra Cuba. A Declaração de Bogotá demonstra que, apesar das diferenças políticas entre muitos dos presidentes da região, a CELAC continua capaz de alcançar um consenso mínimo. Sem dúvida, a Cúpula da CELAC impulsionou sua projeção internacional (Sul Global), visto que o primeiro Fórum CELAC-África foi realizado em seu âmbito, um marco diplomático que visa fortalecer os laços com a África, a União Europeia e a China.

A cúpula procurou posicionar a América Latina como um ator-chave no contexto mais amplo do Sul Global, propondo uma agenda concreta para a cooperação regional. A Cúpula da CELAC reafirmou a América Latina como uma "zona de paz", reiterando o compromisso regional com a não violência interestatal, que permanece um dos poucos pontos sólidos de consenso na região. A CELAC assegurou a continuidade do mecanismo ao transferir a Presidência Pro Tempore para o Uruguai, que também deterá a Presidência do G77+China. Resta saber qual será a capacidade de liderança deste pequeno país do Cone Sul para conduzir esses dois blocos.

No entanto, as diferenças políticas e ideológicas entre os presidentes da CELAC têm dificultado a construção de posições comuns. A CELAC apresenta um problema estrutural, pois funciona mais como um fórum do que como um bloco coeso. Outra questão é a baixa priorização dos Chefes de Estado, o que resultou em baixa participação na cúpula de Bogotá. A CELAC carece de uma estrutura institucional forte, mecanismos vinculativos e tem capacidade limitada para a implementação e operacionalização efetivas dos acordos. Essas fragilidades sugerem uma lacuna entre o discurso ou a narrativa da CELAC e sua capacidade de ação. Embora a CELAC tenha formulado iniciativas importantes, carece de financiamento, mecanismos de monitoramento e políticas concretas. Tudo isso, aliado a um contexto internacional complexo, significa que muitas de suas declarações não têm impacto tangível

Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) se reuniu com ministérios dos países membros e Parlamento Andino[20][21][22][23]

Na Bolívia, o secretário executivo do ORAS-CONHU, Fernando Araos, se reuniu com a ministra de saúde e esportes, Marcela Zambrana, para discussão de temas de cooperação entre o país e a organização. Em sua primeira visita oficial, Araos mencionou a fragmentação do sistema de saúde, a sustentabilidade financeira e a desinformação sobre vacinas como principais desafios que devem ser enfrentados através da colaboração e destacou que projetos regionais sobre câncer infantil, desnutrição e o Laboratório de Inovação em Saúde têm alinhamento com as ações nacionais para melhoria da resposta epidemiológica. Em sua fala, Zambrana destacou

[20] https://orasconhu.org/es/oras-conhu-y-ministerio-de-salud-de-bolivia-fortalecen-trabajo-en-fronteras-y-vigilancia

[21] https://orasconhu.org/es/oras-conhu-y-ministerio-de-salud-y-proteccion-social-de-colombia-fortalecen-la-agenda-regional-para

[22] https://orasconhu.org/es/parlamento-andino-y-oras-conhu-coordinan-para-impulsar-agenda-regional-en-salud

[23] https://orasconhu.org/es/el-oras-conhu-impulsa-agenda-de-integracion-sanitaria-ante-el-parlamento-andino

a necessidade de avançar em um plano de trabalho regional para saúde nas fronteras e ressaltou o interesse em continuar a cooperar nos temas de informatização dos serviços e estratégias para controle e prevenção de doenças.

Na Colômbia, Fernando Araos se encontrou com o vice-ministro de Saúde Pública e Redes Assistenciais, Jaime Urrego, para discutir a agenda conjunta em temas como acesso a serviços, custo de medicamentos e preparação frente a emergências sanitárias. O tema do financiamento do setor de saúde, o secretário executivo da ORAS-Conhu reforçou a importância de investimentos governamentais na saúde, para melhorar a qualidade de vida da população , estabilidade social e atenção a doenças. Além disso, o tema da desinformação em saúde, principalmente em torno das vacinas, foi sinalizado como importante fator de risco para a saúde pública e objeto que necessita de maior cooperação regional.

Por fim, Araos esteve na sede do Parlamento Andino e se reuniu com o secretário-geral do Parlamento, Eduardo Chiliquinga. Na ocasião, Chiliquinga reiterou o apoio legislativo ao organismo e destacou a importância do ORAS-Conhu na articulação entre os países membros e avanços nos processos de harmonização normativa. Assim como, sinalizou o interesse em acompanhar e apoiar o plano de gestão do ORASConhu. O secretário Araos destacou a fase atual de fortalecimento e consolidação do Parlamento e ressaltou o caráter estratégico da relação para avançar em políticas sanitárias integradas às necessidades dos territórios e que contribuam para a melhora na qualidade de vida da população.

Além disso, em sessão estratégica, Araos apresentou um roteiro institucional 2030, que sinaliza os desafios das mudanças climáticas, crise migratória e brechas na infraestrutura com importantes na articulação das políticas sanitárias dos países membros e os projetos, Observatório Andino de Saúde e Investimento, plano equitativo a Terapias Curativas de Alta Complexidade em Câncer Infantil e o Plano de Ação contra a Desnutrição Crônica.

Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) fortaleceu a cooperação com países membros e participou de evento na área saúde digital[24][25]

A Secretaria do COMISCA realizou encontro com encarregados e directores dos escritórios de relações internacionais e cooperação em saúde dos Ministérios de Saúde dos países membros para apresentar a metodologia para elaboração da Estratégia de Cooperação Internacional da SeComisca. O objetivo dessa Estratégia é contar com um instrumento de orientação para gestão de alianças, cooperação internacional e mobilização de recursos técnicos e financeiros que apoiem o alcance das metas definidas pela Política Regional de Saúde do SICA 2025-2030 e o Plano de Saúde da América Central e República Dominicana 2026-2030.

Uma delegação do SeComisca, composta por Ginnette Morales, chefe do gabinete, e Salvador Perez, oficial de tecnologias de informação, participou do HIMSS Global Health Conference and Exhibition 2026. Além do Organismo, também estiveram presentes no evento países-membros, como Costa Rica e República Dominicana. Os membros da Se-Comisca participaram como palestrantes em sessões especializadas em saúde digital no setor público, onde apresentaram avanços, resultados e desafios de trabalho na região do SICA. Em sua fala,

[24] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-inicia-formulacion-de-estrategia-de-cooperacion-internacional_1_137649.html

[25] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-desarrolla-taller-de-validacion-del-plan-de-salud-de-centroamerica-y-republica-dominicana-2026-2030-con-ceip_1_137115.html

Morales destacou a elaboração e implementação da Estratégia Regional de Saúde Digital que buscou definir prioridades regionais para avançar sistemas de saúde integrados, resilientes e interconectados. Perez apresentou os avanços relacionados à interoperabilidade em saúde, ao desenvolvimento de padrões regionais e à formação de capacidades técnicas por meio de cursos, certificações e oficinas realizados em parceria com instituições nacionais e internacionais.

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) fortaleceu a cooperação nas áreas de incêndios e segurança pública[26, 27]

O grupo técnico de trabalho da Rede Amazônica de Manejo Integral do Fogo (RAMIF), composto por especialistas no manejo do fogo dos países membros da OTCA, aprovou Entendimento Operativo de Cooperação e Assistência Mútua para fortalecimento e preparação e resposta conjunta aos incêndios florestais. Esse documento não é vinculante, mas permitirá a coordenação de ações de assistência mútua entre os países da Amazônia, a facilitação da articulação de capacidades nacionais, o intercâmbio de informações operacionais e o apoio técnico entre países diante de emergências relacionadas ao fogo.

Além disso, o grupo técnico também concordou na criação de um Comitê de Resposta a Incêndios Florestais, instância regional que reunirá autoridades e delegados de países membros para desenvolver técnicas, procedimentos operacionais e coordenações para preparação e resposta e assistência humanitária nesse tipo de emergência.

Em Brasília, foi realizada a "Jornada técnica de fortalecimento dos planos de ação no âmbito da Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transfronteiriços e Transnacionais na Região Amazônica (CESPIT)". Esse evento contou com o apoio do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) e do Banco Mundial.

O objetivo do encontro foi revisar e ajustar os instrumentos operacionais que orientam a ação conjunta da região. Em sua fala, o secretário-geral, Martin von Hildebrand, destacou que o desafio da segurança não pode ser resolvido de forma isolada e requer cooperação para proteger a floresta. Representantes da UNODC alertaram para a complexidade do crime organizado na região, dadas as ligações entre tráfico de drogas, mineração ilegal, desmatamento, crimes contra a vida silvestre e o tráfico de pessoas.

A Presidência Pro Tempore da CESPIT destacou o caráter técnico da jornada e explicou que o processo avança para consolidar instrumentos mais claros e operacionais com o objetivo de harmonizar e padronizar planos, definir atividades e seus entregáveis, cronograma e instâncias de apoio. Por fim, representante da Polícia Federal brasileira apresentou as ações do Centro de Cooperação Polícia Internacional da Amazônia e ressaltou a importância de fortalecer o intercâmbio de informações entre os países. Como foco principal do Centro se encontra o combate das atividades como a exploração ilegal de madeira, mineração ilícita e o tráfico de fauna.

[26] https://otca.org/pt/paises-membros-da-otca-aprovam-entendimento-operativo-para-a-preparacao-e-resposta-a-incendios-florestais-na-regiao-amazonica/
[27] https://otca.org/pt/seguranca-publica-amazonia-crimes-ambientais-cespit/